

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.878 - PE (2016/0268847-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA
ADVOGADOS : BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI - PE019353
HENRIQUE CARVALHO DE ARAUJO E OUTRO(S) - AL006639

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pela UNIÃO, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheceu em parte do Recurso Especial, e, nesta parte, negou-lhe provimento (fls. 570/574e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"6. Importante frisar que este agravo interno é um recurso parcial, uma faculdade das partes conferida pelo art. 1.002 do CPC/2015. 'É aquele que, em virtude de limitação voluntária, não compreende a totalidade do conteúdo impugnável da decisão. Assim, o recorrente decide impugnar apenas uma parcela ou um capítulo da decisão' (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil, v. 3, p. 95).

7. A referida disposição legal, por certo, aplica-se ao recurso de agravo interno, pois essa faculdade legal insere-se nas 'disposições gerais' dos recursos.

8. A leitura do referido dispositivo, e por tanto, da faculdade processual do recorrente de dispor de determinados argumentos e questões debatidas no processo, para impugnar apenas os capítulos da decisão que entender de seu interesse, deve ser lida em conjunto com o poder do julgador de inadmitir recursos 'que não tenham impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida' (art. 932 do CPC/2015 - Súmula 182/STJ).

9. A aplicação da Súmula 182/STJ e do art. 932 do CPC/2015 demandam uma análise conjunta com a faculdade do recorrente de impugnar apenas as matérias que sejam de seu interesse. A Súmula 182/STJ não pode exigir do recorrente que impugne todo e qualquer fundamento, todas as matérias tratadas pela decisão recorrida, pois, se assim fosse, estar-se-ia negando a ampla defesa, na qual também está compreendido o direito de formular as estratégias processuais, quando da defesa de direitos. Por outro lado, seria irracional e contrária à própria ideia de celeridade impor ao recorrente impugnar todas as matérias tratadas na decisão judicial, quando não forem autônomas.

(...)

10. A União chama a atenção do Colegiado, em homenagem ao princípio da segurança jurídica e da preservação do interesse público

primário – especificamente dos recursos destinados à educação -, para a necessidade de revisão do ato decisório ora impugnado.

11. Em recentíssimo julgamento iniciado pela Primeira Seção dessa Corte, no recurso especial nº 1.703.697 – PE, o Min. Relator concluiu pela impossibilidade de destaque da verba destinada à educação, para pagamento de honorários advocatícios.

Na sequência, a Ministra Assusete Magalhães pediu vista antecipada.

12. Assim, entende-se adequado suspender o curso deste processo até que concluído o julgamento da matéria pela Primeira Seção, o que tudo indica se dará no sentido da impossibilidade de destaque de honorários contratuais em precatórios do FUNDEF.

13. Verifica-se, portanto, que a jurisprudência colacionada na decisão monocrática potencialmente ficará superada pelo novo entendimento da Corte a respeito da matéria, ressaltando-se a necessária observância à vinculação constitucional da verba pública ao desenvolvimento do ensino fundamental e à valorização do magistério.

14. Importante ressaltar que a verba mantém sua vinculação e, portanto, o entendimento que possibilita o destaque para pagamento de honorários advocatícios é teratológico. Em um país que no século XXI apresenta tantas desigualdades, especialmente no acesso igualitário à educação de qualidade, o destaque para pagamento de honorários afronta os princípios da segurança jurídica, moralidade, eficiência e de primazia do interesse público, acarretando sérios prejuízos à sociedade brasileira" (fls. 581/582e).

Por fim, requer o provimento do Agravo interno.

Nas razões de impugnação, a parte agravada pugna pelo não provimento do Agravo interno (fls. 588/605e).

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pelo agravante, reconsidero a decisão de fls. 570/574e.

Passo, novamente, ao exame do Recurso Especial, no que diz respeito à retenção da verba honorária, tendo em vista que a parte agravante manifestou, expressamente, sua ausência de interesse em recorrer quanto à incidência da Súmula 284/STF, em relação à indicada ofensa ao art. 535 do CPC/73 (fl. 581e).

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, em 17/03/2016, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF. REPASSES

EFETUADOS A MENOR. VMMA. VALORES NÃO TRANSFERIDOS VOLUNTARIAMENTE. NATUREZA INDENIZATÓRIA DO CRÉDITO JUDICIAL. VINCULAÇÃO DO PRECATÓRIO À EDUCAÇÃO. DESCABIMENTO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE.

1. Agravo de instrumento interposto pela União contra decisão que, em sede de execução de sentença, indeferiu os pedidos por ela formulados, consistentes no creditamento dos valores a serem pagos ao Município exequente de Santa Maria da Boa Vista/PE (cerca de R\$ 32.000.000,00 - trinta e dois milhões de reais) em conta específica do FUNDEB, na sistemática a ser indicada pelo Ministério da Educação, e na impossibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais, quando da expedição do precatório.

2. É pacífico que a existência de ações civis originárias ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal não inviabiliza o julgamento do presente feito, considerando que a Excelsa Corte, quando do exame do RE nº 636978/PI (DJE 31/08/2011, rel. Min. Presidente), assentou o entendimento de que a questão alusiva à forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno utilizado pela União para definir o valor a ser repassado a título de complementação do FUNDEF não possui repercussão geral, por se tratar de tema infraconstitucional.

3. Na espécie, houve o reconhecimento no título judicial do direito do Município recorrido de receber as diferenças retroativas, observada a prescrição quinquenal a partir da data da propositura da ação, devidas a título de complementação do FUNDEF, em razão da subestimação do VMAA (Valor Mínimo Nacional por Aluno).

4. A União funda a sua irresignação recursal nos seguintes argumentos: a) a utilização de verbas do FUNDEF (inclusive a complementação a cargo da União) tem destinação constitucional específica, qual seja, o investimento na educação e na valorização dos profissionais do magistério, consoante preconizando no art. 60 do ADCT, com redação dada pelas EC nº 14/96 e EC nº 53/2006; Leis nºs 9424/96 e 11.494/07; b) os recursos oriundos da condenação judicial devem ser aplicados somente nesse tipo de despesas (educação), entre as quais não se inclui o pagamento de honorários advocatícios. Desse modo, assevera que não se afigura possível o seu uso pelo Município para finalidades diversas das estatuídas.

5. Revisitando o tema objeto do presente recurso, e a despeito do ponto de vista pessoal do relator, observa-se que é entendimento predominante no âmbito desta Corte Regional o seguinte raciocínio jurídico: quando a municipalidade é forçada a ingressar em juízo contra a União, para a devida obtenção de complementação de valores repassados a menor a título de VMAA do FUNDEF, os quais

não lhe foram transferidos voluntariamente, o aludido crédito judicial passa a ostentar a natureza de verba indenizatória.

6. Como consectário lógico da premissa acima esposada, este Sodalício vem - reiteradamente - admitindo a possibilidade de que se proceda ao destaque dos honorários contratuais quando da expedição do precatório, não destoando da aludida diretriz a Egrégia Terceira Turma, a qual, também, vem reconhecendo como o mais lícito direito dos advogados a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, mesmo que a verba executada se destine ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

7. Agravo de instrumento desprovido" (fls. 242/243e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição ou omissão no julgado e, por construção pretoriana integrativa, erro material.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.
3. Embargos desprovidos" (fl. 269e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa aos artigos 1º, 2º, §3º, 3º, §6º, da Lei 9.424/96, 1º, 2º, 4º, 20, 21 a 29 da Lei 11.494/2007, sob a tese de que "o precatório eventualmente expedido na execução deverá obrigatoriamente ser vinculado ao que foi estabelecido no título executivo judicial, ou seja, à complementação dos valores destinados ao Município referentes ao desenvolvimento da Educação, eis que os aludidos valores, por imperativo legal e constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação (art. 60 do ADCT, redação dada pela EC nº 14/96 e 56/2006; Leis nºs 9424/96 e 11.494/07)" (fl. 282e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial.

Em sede de contrarrazões (fls. 367/419e), a parte recorrida defende a manutenção do acórdão impugnado (fls. 239/243).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela UNIÃO contra decisão que, em sede de Execução de Sentença, indeferiu os pedidos por ela formulados, consistentes no creditamento dos valores a serem pagos ao Município

exequente de Santa Maria da Boa Vista/PE (cerca de R\$ 32.000.000,00) em conta específica do FUNDEB, na sistemática a ser indicada pelo Ministério da Educação, e na impossibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais, quando da expedição do precatório.

O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem no sentido de que "este Sodalício vem - reiteradamente - admitindo a possibilidade de que se proceda ao destaque dos honorários contratuais quando da expedição do precatório, não destoando da aludida diretriz a Egrégia Terceira Turma, a qual, também, vem reconhecendo como o mais lícito direito dos advogados a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, mesmo que a verba executada se destine ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF" (fl. 241e).

Contudo, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.703.697/PE, de Relatoria do Min. OG FERNANDES, firmou entendimento no sentido de que, "uma vez que os valores relacionados ao FUNDEF, hoje FUNDEB, encontram-se constitucional e legalmente vinculados ao custeio da educação básica e à valorização do seu magistério, é vedada a sua utilização em despesa diversa, tais como os honorários advocatícios contratuais", tendo concluído pela impossibilidade de aplicação da medida descrita no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/1994 nas execuções contra a União.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. RETENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. CRÉDITO RELATIVO A DIFERENÇAS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF. IMPOSSIBILIDADE. AMICUS CURIAE. INTEMPESTIVIDADE. INTERVENÇÃO COMO ASSISTENTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO OU VIOLAÇÃO DE PRERROGATIVA INERENTE À CARREIRA DA ADVOCACIA.

1. Sobre o requerimento de intervenção como amicus curiae formulado pelo CFOAB, a jurisprudência do STF sobre a matéria, especialmente por ocasião do julgamento da ADI 4.071 e da ACO 779/RJ, autoriza tal ingresso até a inclusão do feito em pauta.

2. No julgamento do AgRg na ACO 779, Rel. Min. Dias Toffoli, entretanto, admitiu-se a possibilidade, em tese, do ingresso na lide de amicus curiae mesmo após a inclusão do feito em pauta, desde que demonstrada a excepcionalidade do caso concreto.

3. Na espécie, ao requerer sua intervenção como amicus curiae após a inclusão deste feito em pauta, o CFOAB afirmou, tão somente,

haver tomado conhecimento do tema de fundo a ser julgado no presente feito apenas recentemente (e-STJ, fl. 261), não alegando qualquer outra razão, eminentemente de caráter jurídico, a configurar excepcionalidade do caso apta a permitir seu ingresso de forma extemporânea, isto é, o próprio requerente sequer se fundou em tal premissa, limitando-se a salientar recente conhecimento da existência do processo. Tal circunstância, a propósito, até revela que o debate dos autos não está intrinsecamente ligado às atribuições essenciais da entidade requerente. Oportuno, ainda, referir que a motivação trazida com o requerimento de intervenção - genericamente apresentada - em nada revela circunstâncias específicas a justificar o acolhimento requestado, até porque, neste processo, não se está a deliberar exclusivamente sobre honorários advocatícios, mas acerca da vinculação de verbas federais ao custeio da educação básica e à valorização do seu magistério e as consequências jurídicas de tal vinculação. Esse vem a ser o tema central do processo.

4. Como é possível verificar dos autos, o presente feito foi incluído em pauta em 27/4/2018, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico em 30/4/2018. O requerimento de ingresso no feito como *amicus curiae* somente foi apresentado em 8/5/2018.

5. Com base nessas considerações, é de se indeferir o requerimento em tela, sob pena de se permitir o ingresso de todo e qualquer terceiro que se declare interessado em processo já pautado para julgamento, o que deflagraria quadros de instabilidade e imprevisibilidade na efetivação do julgamento dos recursos confiados a este Superior Tribunal. Precedente: EDcl no REsp 1.338.942/SP, de minha relatoria, Primeira Seção, julgado em 25/4/2018, DJe 4/5/2018).

6. Por outro lado, a ausência de interesse jurídico e de violação de prerrogativa inerente à carreira da advocacia não autoriza o ingresso do CFOAB, na hipótese, como assistente do recorrido.

7. Na execução, regra geral, é possível a requisição pelo patrono de reserva da quantia equivalente à obrigação estabelecida, entre si e o constituinte, para a prestação dos serviços advocatícios. A condição para isso é que o pleito seja realizado antes da expedição do precatório ou do mandado de levantamento, mediante a juntada do contrato. Orientação do STJ e do STF.

8. Esse entendimento, todavia, não é aplicável quando os valores a que tem direito o constituinte se referem a verbas decorrentes de diferenças do FUNDEF que a União deixou de repassar aos Municípios a tempo e modo.

9. O fato de determinada obrigação pecuniária não ter sido cumprida espontaneamente, mas somente após decisão judicial com trânsito em julgado, não descaracteriza a sua natureza nem

a da prestação correspondente. Assim, uma vez que os valores relacionados ao FUNDEF, hoje FUNDEB, encontram-se constitucional e legalmente vinculados ao custeio da educação básica e à valorização do seu magistério, é vedada a sua utilização em despesa diversa, tais como os honorários advocatícios contratuais.

10. Reconhecida a impossibilidade de aplicação da medida descrita no art. 22, § 4º, da Lei n. 8.906/1994 nas execuções contra a União em que se persigam quantias devidas ao FUNDEF/FUNDEB, deve o advogado credor, apesar de reconhecido o seu mérito profissional, buscar o seu crédito por outro meio.

11. Recurso especial a que se dá provimento para negar o direito à retenção dos honorários advocatícios contratuais do crédito devido pela União" (STJ, REsp 1.703.697/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 26/02/2019).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 570/574e. Por conseguinte, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou **provimento** ao Recurso Especial, para negar a retenção dos honorários advocatícios contratuais do crédito devido pela União.

I.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora